

Acordo com o governo permite iniciar a reestruturação da carreira docente



GT de Educação do Proifes
debate a Base Nacional Comum
Curricular
Pág. 3



Agenda de mobilização
da Apub: confira as atividades
programadas para janeiro
Pág. 7

EDITORIAL

Mais um ano, mais desafios

“O ano, para a Apub, se inicia com uma intensa agenda de mobilização”

Começamos um novo ano com esperanças que este seja melhor do que o passado, mas conscientes de que muitos dos desafios de 2015 permanecem. Embora tenhamos conseguido assegurar um acordo que diminui as perdas salariais e começa a reestruturar a carreira docente (pág. 04), este está longe de representar todas as reivindicações da categoria.

O país ainda atravessa um período de instabilidade política e econômica; Eduardo Cunha continua como presidente da Câmara e, embora Joaquim Levy tenha deixado o

Ministério da Fazenda, o “ajuste” fiscal ainda não foi revertido. Vislumbra-se o acirramento das disputas políticas ao fim do recesso parlamentar, quando o impeachment e as denúncias de corrupção (Lava Jato e Zelotes, por exemplo) podem manter o clima de tensão e instabilidade. Ao mesmo tempo, as próximas eleições municipais e as Olimpíadas podem desviar o foco dos debates na área federal. Sob pressão, o governo acena com a possibilidade de nova reforma previdenciária.

Nesta conjuntura, o ano, para a Apub, se inicia com uma

intensa agenda de mobilização (pág. 7). Dias 15 e 16/01, o Conselho Deliberativo do Proifes-Federação se reúne em Brasília e a Apub espera contribuir no planejamento de ações em defesa da universidade e da nossa categoria.

No dia 19, a Apub realiza dois debates: em Salvador, em parceria com a Assufba, a atividade “Abono permanência: o direito de continuar contribuindo com a universidade”; no Campus Anísio Teixeira da UFBA, em Vitória da Conquista, será “A conjuntura nacional e seu impacto na universida-

de” com Valter Pomar. No dia 25, terá o debate sobre a PEC 395/14, que regulamenta a cobrança de taxas nos programas de pós-graduação.

Na Assembleia Geral, dia 27/01, será deflagrado o processo de eleição de representantes docentes no Consuni e Conselho de Curadores da UFBA. Em todos os encontros serão discutidos temas de grande importância e, por isso, demandam a participação do maior número possível de docentes. Participe de nossas atividades e dê a sua contribuição!

CONECTE-SE COM A APUB SINDICATO

Para saber sobre nossas atividades, você tem várias alternativas:

Site

O www.apub.org.br traz todas as informações sobre a organização e funcionamento da entidade. Ele também está sempre atualizado com notícias sobre assembleias, debates, atos políticos e outros eventos.

Redes sociais

Você pode nos seguir nas redes sociais, através da nossa página no Facebook (pesquise “Apub Sindicato” ou www.facebook.com/apub.sindicato) e perfil no twitter (@apubsindicato). Através delas, você estará em contato constante conosco e receberá conteúdo exclusivo.

Transmissão ao vivo de eventos

Todos os eventos organizados pela Apub Sindicato são transmitidos ao vivo através do Hangout ou do aplicativo Periscope, que pode ser baixado pelo Google Play ou Apple Store. Os links também ficam disponíveis na nossa página no Facebook e no site do sindicato, para serem assistidos pelo computador.

Informativo Semanal

Toda sexta-feira, enviamos por email nosso informativo eletrônico com o resumo dos principais acontecimentos da semana. Se você não recebe, escreva para ascom@apub.org.br e solicite inclusão.

Você também pode contribuir conosco. Caso queira divulgar algum conteúdo – evento acadêmico, ato político, debates, artigos – escreva para ascom@apub.org.br.



EDUCAÇÃO

GT de Educação do Proifes debate a Base Nacional Comum Curricular



Prof. Sílvia Leite (Faced)/ Foto: Proifes-Federação

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi o tema central do encontro do Grupo de Trabalho de Educação do Proifes, realizado em Brasília entre os dias 12 e 14 de dezembro. Na ocasião, discutiu-se o processo de construção e formulação do documento, que ainda está em fase preliminar, bem como o contexto político e as bases conceituais. Em relação à metodologia, os docentes criticaram a forma verticalizada do processo de elaboração do BNCC e questionaram a pouca participação das bases. Segundo eles, ao decidir trabalhar com especialistas para preparar o documento preliminar, o MEC desconsiderou o acúmulo das comunidades científicas e sindicais sobre o tema, assim como preteriu os atores sociais que efetivamente constroem a Educação Básica. Os presentes avaliaram ser fundamental a definição e explicitação dos critérios e da metodologia que serão adotadas pelo Ministério para a produção do documento final, incorporando todos esses agentes na sistematização junto às contribuições resultantes da consulta nacional.

Também foi abordado, do ponto de vista epistemológico, os efeitos da elaboração do BNCC pelos 116 especialistas, que aparentemente atuam em cada área isoladamente. Um dos principais prejuízos ao documento seria a fragmentação de suas partes por área de conhecimento - a despeito das diferenças conceituais próprias. Portanto, seria necessária uma melhor articulação tanto entre os componentes curriculares de cada área de conhecimento, quanto entre as próprias áreas de conhecimento, considerando ser imprescindível o exercício da interdisciplinaridade. Para a Federação, a BNCC não deve se resumir a uma lista de conteúdos; e, além disso, é preciso contemplar a Educação Especial e dar mais ênfase nas questões de gênero, étnico-raciais, diversidade cultural, sexualidade, entre outras.

O GT avaliou ainda que, politicamente, a Base Nacional deve estar a serviço da educação pública e, por isso, a luta contra os interesses privatistas e mercadológicos deve estar presente nas mobilizações em torno da produção do do-

cumento. Outros aspectos do caráter político também foram acrescentados à resolução do GT, a exemplo da necessidade de garantia de aportes materiais para as escolas, de acesso e permanência dos estudantes, e a valorização docente e suas condições de trabalho.

Ao final, foi elaborado um documento, que será encaminhado ao Ministério da Educação, com as avaliações e resoluções referentes aos eixos debatidos. O Proifes comprometeu-se também a cobrar do governo transparência em todo processo.

A consulta pública está aberta no site oficial da Base Nacional Comum até o dia 15 de março. O encontro contou com a presença da professora Inês Barbosa de Oliveira, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), e das professoras Sílvia Leite e Raquel Nery (Faced), pela Apub Sindicato.



Docentes reunidos no GT de Educação/ Foto: Proifes-Federação

Grupo de Trabalho no MEC debate a Autonomia das Universidades e

Institutos Federais

No dia 15 de dezembro, aconteceu a segunda reunião do grupo de trabalho (GT) do Ministério da Educação para discutir a Democratização nas Instituições Federais de Ensino, na qual foram debatidas as propostas das diversas entidades para a regulamentação da Autonomia Universitária. A reunião contou com a presença de representantes do Proifes-Federação, Andifes, Conif, Fasubra, Andes, Sinasefe e Une. Pelo governo, participaram as secretarias do MEC, de Educação Superior (SESu) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); e a Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG).

A Andifes apresentou um Projeto de Lei Orgânica para as Universidades, cuja ideia é transformá-las em autarquias especiais, com plena autonomia didática, financeira e de gestão.

O Proifes também apresentou proposta, defendendo a criação de um Conselho Interuniversitário plural com a participação das entidades nacionais representativas dos servidores, dos estudantes e da sociedade civil, além dos representantes dos reitores e dos poderes executivo e legislativo. Próprios regras próprias para as compras, saindo da Lei das licitações. Andifes e Proifes se posicionaram contrários a uma norma nacional sobre a definição de regras para escolha de dirigentes e composição dos órgãos, o que, para as entidades, deve ser definido exclusivamente no âmbito das instituições, no exercício de sua autonomia. A próxima reunião ficou marcada para o dia 03/02, quando será definido o cronograma de trabalho do grupo e identificados os pontos de concordância e divergência entre as propostas apresentadas e seus encaminhamentos.

Acordo com o governo permite iniciar a reestruturação



Eduardo Rolim, presidente do Proifes-Federação.
Foto: Proifes-Federação

No dia 02 de dezembro de 2015, após consulta realizada nacionalmente entre os professores e professoras das universidades e institutos federais, o Proifes-Federação assinou acordo com o governo federal, encerrando a Campanha Salarial 2015. O acordo foi inteiramente baseado na contraproposta apresentada pela Federação no dia 30 de setembro, da qual o governo acatou a maior parte dos itens. Com índices de reajuste idêntico às demais categorias – 10,8% em dois anos –, o diferencial para os docentes está

na reestruturação da carreira e no atendimento de algumas demandas específicas importantes, como a retroatividade dos efeitos financeiros das progressões e o fim do controle de frequência para o EBTT.

A questão da carreira é o ponto central e a principal conquista do acordo. Embora ainda em etapa inicial, a reestruturação permitirá uma relação mais lógica entre níveis, classes e titulações **(Veja as denominações no box)**. Ela se dará em 3 etapas: agosto de 2017, 2018 e 2019; ao final, o valor do Vencimento

Básico (VB) do regime de 40 horas será 40% superior ao valor do VB de 20 horas e o VB da Dedicção Exclusiva (DE) será 100% superior ao valor do VB de 20 horas. Já a relação entre o VB e a Retribuição por Titulação terá os seguintes percentuais: para 20h, 5% (aperfeiçoamento), 10% (especialista), 25% (mestrado) e 57,5% (doutorado); para 40h, 7,5% (aperfeiçoamento), 15% (especialista), 37,5% (mestrado) e 86,25% (doutorado); para DE, 10% (aperfeiçoamento), 20% (especialista), 50% (mestrado) e 115% (doutorado) **(veja tabela)**. Os steps entre as classes serão os seguintes: o VB será 5,5% superior entre classe A/DI - nível 2 e as classes B/DII - nível 1. O mesmo percentual será aplicado entre as classes B/DII - nível 2 e as classes C/DIII - nível 1; o VB será 25% superior entre as classes C/DIII - nível 4 e as classes D/DIV - nível 1; e 10% superior entre as classes D/

DIV - nível 4 e a classe Titular - nível 1. Entre os diferentes níveis, os steps serão: VB, classes A/DI e B/DII - nível 2 será 5% superior ao nível 1; e VB, classes C/DIII e D/DIV - níveis 2,3 e 4 serão, respectivamente, 4% superiores ao nível imediatamente anterior.

É importante destacar que a extensão do processo de reestruturação até 2019 não impede que as negociações salariais sejam retomadas em 2017 na Mesa Nacional de Negociação Permanente. A vigência do acordo salarial, ou seja, relativo ao reajuste de 10,8%, é de apenas dois anos, portanto, novos reajustes poderão ser negociados para 2018, independentemente do estágio da reestruturação das carreiras.

Breve histórico da desestruturação

É importante notar que a carreira dos docentes federais vinha sendo desestruturada desde os anos 90. Após a greve de 1998, para repor algumas das perdas dos docentes sem aumentar efetivamente o salário, o governo FHC criou a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) para o Magistério Superior e a GID (Gratificação de Incentivo ao Desempenho) para o EBTT. O valor da GED era baseado em pontuações por atividades além da titulação e poderia chegar até 50% do salário. Naquela época, o vencimento básico do professor 20h e da maioria dos 40h era abaixo do salário mínimo, exigindo uma gratificação como complementação; entretanto, ela provocou distorções nas tabelas salariais, sem distinção pela progressão e pelo regime de trabalho.

O acordo de 2007, proposto e assinado pelo Proifes, deu início às correções. Em 2008, a GED

tornou-se fixa no valor máximo para ativos e aposentados; o vencimento básico foi reorganizado, dando fim à necessidade das complementações salariais. Os últimos acordos assinados pela Federação vão, passo a passo, em direção à reestruturação da carreira docente. Em 2011, todas as gratificações foram incorporadas, simplificando as carreiras em apenas VB e RT. Todo este processo possibilitou que, em 2015, fosse alcançado o maior valor proporcional do vencimento básico nos últimos 20 anos.

Próximos passos

Apesar de uma conjuntura adversa, o Proifes esteve empenhado em evitar perdas maiores para os docentes. As negociações se deram em um quadro de instabilidade política e crise econômica, com pouco espaço para avanços. Diante disso, não foi possível chegar a um acordo com o governo sobre alguns itens presentes na contraproposta. Para debaterlos, foi negociada a criação de um Grupo de Trabalho no Ministério da Educação, com o objetivo de aprofundar e qualificar as discussões e buscar soluções que poderão ser incorporadas em acordos futuros. A primeira reunião do GT deve acontecer ainda em janeiro. Entre os pontos que serão discutidos estão:

- o fim da exigência de conclusão de estágio probatório para promoção acelerada dos professores que estavam na carreira em 01/03/2013;
- o reenquadramento dos professores aposentados da classe C (Adjunto) do magistério superior na classe de professor D (Associado);

“Importante destacar que a extensão do processo de reestruturação até 2019 não impede que as negociações salariais sejam retomadas em 2017 na Mesa Nacional de Negociação Permanente”

da carreira docente

Denominações das Carreiras

As classes da Carreira de Magistério Superior recebem as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

- Classe A, com as denominações de Professor Adjunto A, se portador do título de doutor; Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;
- Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
- Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
- Classe D, com a denominação de Professor Associado;
- Classe E, com a denominação de Professor Titular.

A carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das classes denominadas DI, D II, D III, D IV e Titular.



- a regra de transição na Carreira do EBTT para compensar a mudança de 18 para 24 meses de interstício de progressão ou promoção;
- o adicional de difícil lotação como incentivo à fixação de docentes nestes locais;
- redefinição dos critérios de concessão do auxílio-transporte;
- a extensão do RSC para os professores aposentados do EBTT;
- a criação de mecanismos de valorização salarial, a exemplo do RSC, para professores do Magistério Superior de IFs e IFES que não possuem titulação;
- a criação de programas de qualificação para os docentes das duas carreiras.

“A carreira dos docentes federais vinha sendo desestruturada desde os anos 90. Após a greve de 1998, para repor algumas das perdas dos docentes sem aumentar efetivamente o salário, FHC criou a GED e o GID para o EBTT (...). Naquela época, o vencimento básico do professor 20h e da maioria dos 40h era abaixo do salário mínimo”

Tabela: Relação percentual entre o Vencimento Básico (VB) e a Retribuição por Titulação (RT)

	Aperfeiçoamento	Especialista ou Graduação + RSC-I	Mestrado ou Especialista + RSC- II	Doutorado ou Mestrado + RSC-III
Dedicação exclusiva	10%	20%	50%	115%
40 horas	7,5%	15%	37,5%	86,25%
20 horas	5,0%	10%	25%	57,5%

Sanção da Lei do Código Nacional de CT&I altera regras da DE dos professores federais

Por: Proifes-Federação

Com a sanção, no dia 11, da Lei 13.243/2016 pela Presidente da República Dilma Rousseff, e a publicação no Diário Oficial da União no dia seguinte, do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi alterado o artigo 21 da Lei 12.772/2012, que regula a Dedicação Exclusiva (DE) nas carreiras do Magistério Federal. Foi incluída a possibilidade de pagamento de bolsa de ensino, pesquisa e extensão por parte das Fundações de Apoio, devidamente credenciadas pe-

las instituições universitárias, mantidas as demais condições já existentes.

A Lei também alterou o § 4º, do Art. 21, da Lei 12.772/2012, que trata da DE, ampliando a carga horária máxima permitida anualmente para projetos de ensino, pesquisa e extensão, de 120 horas (mais 120, desde que autorizadas) para 416 horas, ou 8 horas semanais, para o desenvolvimento de projetos desta natureza, inclusive de inovação, sem prejuízo da Dedicação Exclusiva.

MOBILIZAÇÃO E LUTA

População vai às ruas em defesa da democracia

O ano passado foi marcado por ações e projetos reacionários, que ameaçavam a garantia dos direitos e conquistas sociais. Mas, na mesma medida, foram realizados protestos, greves e contestações ao quadro de retrocessos. Em momentos diversos, os movimentos sociais, as centrais sindicais, partidos políticos e organizações distintas foram às ruas defender outra política econômica – a exemplo de medidas como a taxa das grandes fortunas, dividendos e remessas de lucro, e de uma auditoria da dívida pública - alternativa ao ajuste fiscal do governo federal; contra projetos de lei que atacam a classe trabalhadora e a vida do povo, tais como o PL4330 da terceirização e a PEC 171/93 sobre a redução da maioria penal; Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, também foi alvo dos protestos, caracterizado como “inimigo do povo brasileiro” devido à arbitrariedade, com a qual conduzia os trabalhos na Casa, e à autoria de diversos desses projetos conservadores. Como parte do cenário acirrado, a disputa ainda em voga sobre o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff:

de um lado, a direita do país, capitaneada pelo PSDB com forte apoio de parte do PMDB, levando a cabo um processo oportunista; de outro lado, muitos setores da esquerda, que mesmo com críticas ao governo e à condução da presidência, definiram a defesa da democracia como prioritária para barrar o que pode ser considerada uma tentativa de golpe. Para isso, as organizações apostaram nas mobilizações de rua. A última grande manifestação ocorreu no dia 16 de dezembro, quando milhares de pessoas se posicionaram contra o impeachment, poucos dias após a autorização de abertura do processo pelo presidente da Câmara. No mesmo dia, foi noticiada a aprovação pelo Conselho de Ética da Câmara do pedido de cassação de Eduardo Cunha, denunciado por corrupção e investigado na Operação Lava Jato. Em Salvador, estimou-se que cerca de 20 mil pessoas tomaram as ruas do Campo Grande à Praça Castro Alves. A sociedade civil organizada, lideranças políticas, trabalhadores e trabalhadoras estavam presentes. A diretoria da Apub e dezenas de professoras(es) da UFBA também participaram da Marcha.



Agenda Apub: confira nossa programação de Janeiro

Janeiro se inicia com uma série de atividades. Na próxima semana, o Conselho Deliberativo do Proifes se reúne para organizar os encaminhamentos relativos ao acordo. Atendendo a uma demanda surgida no ano passado - quando a proposta de extinção do abono permanência gerou questionamento entre os docentes - , a Apub, em parceria com a Assufba, promoverá um debate sobre o tema. Também será objeto de debate, a PEC 395/14, que permite cobrança de taxas em programas de pós graduação. Veja abaixo todas as datas:

15 e 16/01 CD do Proifes

Reunião do Conselho Deliberativo do Proifes-Federação, em Brasília, para debater a política da Federação para 2016. Na pauta, os próximos passos relativos ao acordo assinado com o governo federal em dezembro de 2015. Representando a Apub, estarão a vice presidente Livia Angeli e a professora Daniele de Medeiros (IMS/CAT).

25/01 Debate sobre a PEC 395/14

Os possíveis impactos da PEC 395/14 e as diferentes opiniões sobre o assunto serão discutidos no evento “**A gratuidade da pós-graduação em debate**”, com representantes da ADUFRJ, ANPG, FOPROF e PRPPG/UFBA, às 17h na Faculdade de Administração.

19/01 Debate sobre abono permanência

Em parceria com a Assufba, o debate “**Abono permanência: o direito de continuar contribuindo com a universidade**”, será no auditório da Escola Politécnica da UFBA, às 14h. A atividade pretende promover a discussão sobre a contribuição às IFES dos servidores que estão em condição de se aposentar, mas optam por continuar trabalhando. O debate contará com exposição sobre as concessões de abono permanência na UFBA e no IFBA. O abono permanência foi instituído pela Emenda Constitucional nº 41/03 e garante, como resultado, o incentivo ao servidor para continuar colaborando com sua experiência na instituição a que é vinculado. Porém, ano passado foi anunciado a possível extinção do abono para fins do ajuste fiscal, através da PEC 139/2015, o que pode levar muitos funcionários à decidirem pela aposentadoria, causando impactos no quadro de funcionários e na qualidade do serviço público.

27/01 Assembleia Geral

ASSEMBLEIA GERAL APUB

- Eleição da Comissão Eleitoral e Formas da Consulta para a Representação Docente no CONSUNI e no Conselho de Curadores da UFBA

27/01, 15h30

Auditório Magno Valente
Escola Politécnica/UFBA



19/01 Debate com Valter Pomar

Será às 18h30, no auditório do campus Anísio Teixeira/UFBA, em Vitória da Conquista, o debate “**Conjuntura nacional e seu impacto na universidade**”. A atividade pretende discutir o quadro de instabilidade política e econômica do país e as consequências para a universidade e educação públicas. O palestrante convidado é o professor da Universidade Federal do ABC, Valter Pomar. Historiador, formado pela Universidade de São Paulo – USP, Valter Pomar é mestre e doutor em História Econômica pela mesma universidade. Atualmente é professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC e atua nas áreas de Ciência Política (Política Internacional, especialmente América Latina e Caribe), História do Brasil República, História Moderna e Contemporânea.



APUB SINDICATO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERADAS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



www.apub.org.br
apub@apub.org.br
71.3255-7433

ARTIGO

Capital intelectual do aposentado



Peter Fischer*

O que é o capital intelectual? É o conjunto consciente de todos os conhecimentos e vivências de um ser humano. Todos os conhecimentos adquiridos na aprendizagem formal ou informal desde que representados por um enfoque original e o uso desses conhecimentos, seu aperfeiçoamento, análise e crítica no cotidiano de atividades profissionais e particulares constituem o capital intelectual. Ele é único para cada indivíduo e, embora os conhecimentos possam ser partilhados com outrem, ele sempre pertencerá ao seu proprietário.

Como qualquer capital, ele é fonte do fazer e do poder; podendo ser usado ou alugado visando lucro ou prazer ou ambos; o capital intelectual é amoral, pois serve ao seu proprietário tanto no bem como no mal. Ideologicamente ele é liberal, sem sujeição ao coletivo. Livre pensar é só pensar (Millôr Fernandes). A sua independência deve-se a sua invisibilidade manifestando-se onde e como seu proprietário ordenar.

A capacidade de acumular capital intelectual depende de fatores genéticos e ambientais. A genialidade é um fato de distribuição randômica, entretanto a sua manifestação e desenvolvimento muito dependem das condições do meio. Mesmo sendo a alavanca que move o mundo, ele é extremamente volátil, bastando cinco a sete minutos de falta de oxigênio para desaparecer definitivamente. Ele não sobrevive ao seu dono, mas pode, sob condições patológicas, desaparecer antes da morte deste.

O capital intelectual garante a imortalidade se a definirmos como presença entre os vivos após a morte: serão imortais os

que forem lembrados. A morte é o esquecimento. A imortalidade, pela ação do intelecto, não é uma recompensa, mas a consequência de seu uso. Shakesperare, Gothe, Mozart, Madre Tereza de Calcutá, Hitler, Stalin, Genjis Khan e outros nunca serão esquecidos pois não há moralidade nessa imortalidade.

As Ifes têm, por função, a maior concentração de capital intelectual e percebe-se que ele não é tratado e manejado com a devida atenção. O fazer do professor é um contínuo aumentar do seu capital intelectual, ou deveria ser. O currículo de um professor é uma pálida tentativa de qualificação intelectual onde a preocupação é mais quantitativa que qualitativa.

A individualidade do capital intelectual pode ser a origem do individualismo porque, no fazer coletivo, existe a contiguidade, mas não a continuidade. É esse o ponto nevrálgico quando a "luta sindical" ou o "movimento docente" não encontram massa crítica, pois a individualidade dificilmente se submete ao coletivo.

A aposentadoria geralmente ocorre com a pessoa na posse integral de seus conhecimentos e é uma mudança administrativa com repercussão muito profunda no viver e no fazer do indivíduo.

A definição do dicionário para a aposentadoria resume a questão de forma pragmática: "Estado de inatividade de funcionário público ou de empresa privada após certo tempo de serviço."

No dia 17 de agosto de 1993, em plena terça feira, acordei às seis da manhã, como sempre, acendi a luz, sentei e... não tinha nenhuma obrigação para cumprir. Uma sensação de vazio e de impotência misturada com um pouco de angústia me fizeram apagar a luz e deitar novamente. Assim começou a minha aposentadoria.

A aposentadoria aponta para a "inatividade" como se, a partir de um certo momento, o que era obrigatório, o trabalho, passasse a não existir mais.

Nenhuma portaria é capaz de interromper a atividade intelectual,

embora possa lhe dar um novo sentido. O problema crucial da aposentadoria é a angustia de enfrentar uma nova situação. Esse é um momento difícil que cada um enfrentará sozinho e que varia desde o alívio até a depressão, mas que poderia ser minorado com a assistência do sindicato.

Atividade após aposentadoria, desde que não o sentimento de inutilidade, estará assentada sobre uma vasta experiência de vida, o capital intelectual. A vivência permanecerá inalterada e às situações novas o intelecto responderá com o saber enfrentar problemas.

Muitos aposentados optam por servir a família, assumindo um papel auxiliar e atendendo o fenômeno "jaque" (já que você não está fazendo nada...).

Outros, por necessidade ou impulsionados pela capacidade do fazer, continuam seus trabalhos habituais: quer pleiteando nova vaga em universidades, quer, como profissionais liberais, agora com mais tempo e dedicação.

O trabalho voluntário leva muitos às variadas atividades em serviços sociais, inclusive no sindicato. Seria interessante estabelecer um grupo de "visitadores" para acompanhar e confortar colegas doentes ou com dificuldades de locomoção levando a eles um papo diferente e notícias. Entre nós desponta o exemplo importante de trabalho voluntário do professor Hélio Furtado do Amaral, que com a ajuda do professor Fernando Luiz Kratz tomaram a si a responsabilidade do acompanhamento dos inúmeros processos judiciais em que o sindicato ou professores reivindicam direitos.

A militância político-partidária também pode ser um dos caminhos escolhidos.

O aposentado, portanto, é um ator no palco da vida atuando no último ato desde que haja saúde para tudo isso.

Nossa proposta de focar o capital intelectual do aposentado aos 12% com instrução superior e, dentre eles, os docentes das Ifes, prende-se ao melhor conhecimento destes.

A maioria de nós, professores universitários aposentados, somos detentores de conhecimentos acumulados, teóricos e práticos, em estado de atualização recente no momento da aposentadoria. Esses conhecimentos adquiridos de forma variada é um patrimônio público/privado pois, além dos nossos esforços pessoais foi financiado pela comunidade. Somos, portanto, fiéis depositários de bens intelectuais que, por um ato legal, independentemente do seu valor intrínseco, vai para o "ralo" como substância descartável e já inútil.

É esse desperdício um fato aceitável ou será necessário discuti-lo melhor? Esse é um questionamento que se impõe num país onde faltam pessoas altamente capacitadas. Se a aposentadoria de um cortador de cana aos 45 ou 50 anos é perfeitamente justificável, pode se dizer o mesmo de um cientista em plena capacidade criativa aos 65 ou 70 anos?

A maioria dos sindicatos coloca-se numa atitude passiva diante dos aposentados: estará à disposição se por eles for procurado.

Na nossa Adufg, conseguimos fixar e tornar permanentes a atividade do Grupo Travessia e do Coral Vozes da Adufg (sem a exclusão dos professores da ativa). Temos a Exposição de Arte e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG e o Sarau dos Professores Aposentados da UFG.

A assistência à saúde em nosso sindicato oferece serviços de nutricionista, fisioterapeuta (pilates e RPG) e fonoaudiologia, para todos os sócios. O número de aposentados que participam é ínfimo em relação ao universo de 830 a ser alcançado.

Ideias há, executá-las é que representa o grande desafio.

Interessar os aposentados para atividades coletivas tem sido o questionamento de várias gestões do nosso sindicato. Sucesso mesmo só obtivemos com a participação na mostra de filmes onde o sindicato subsidia o ingresso.

Todo esse questionamento fica ainda mais dramático quando se

percebe a qualidade e quantidade das capacidades intelectuais que poderiam e deveriam ser utilizadas. Há um campo imenso de conhecimentos que poderiam ser trocados ou repassados. Pequenos cursos e fazeres sobre os mais diversos assuntos poderiam preencher o tempo disponível e ajudar na melhoria da qualidade de vida.

É importante entender que a aposentadoria representa a última fase de nossas vidas e sermos úteis e tratados com dignidade devem ser objetivos a perseguir até o fim.

Reunir aposentados seria reunir lembranças, seria reunir a história institucional e pessoal dos fazeres de anos. Os erros e acertos do passado à luz de uma realidade atual; a revisão político/administrativa de dezenas de anos e sob o ponto de vista crítico dos sujeitos e objetos dessas ações.

Resumindo, há um enorme capital intelectual que poderia ser de grande utilidade para o sindicato, para a universidade, para a sociedade e, principalmente, para os detentores desse capital, os próprios aposentados.

Se o sindicato pudesse apresentar-se como solução e identificação teríamos um novo sindicalismo e se aqui o professor encontrasse confiança, franqueza e compreensão, na hora da aposentadoria traria todo seu capital intelectual para o benefício de todos.

Conhecer melhor o professor, seu perfil e seus objetivos para fazer um sindicato não como nós, os "engajados" pensamos, mas como eles, objetos e sujeitos do sindicato imaginam ou desejam.

Um novo sindicalismo poderia dizer que "um sindicato forte acolhe seus sócios, mas um sindicato verdadeiramente forte faz seus sócios se sentirem fortes."

***Professor aposentado da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ-UFG) e diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas da Adufg Sindicato**